

Agrupamento de Escolas Leal da Câmara

Ano letivo 2015/2016

Preparar o Exame Final Nacional 2016

Filosofia

10.º/11.º Ano de Escolaridade

Conteúdos

PREPARAR O EXAME NACIONAL | CONTEÚDOS DO 10.º ANO

1. A ação humana – análise e compreensão do agir

1.1. A rede conceptual da ação

1.2. Determinismo e liberdade na ação humana

PLANO DE ESTUDOS

Programa de Filosofia	Conteúdos avaliáveis externamente (Exame Nacional)
1.1. A rede conceptual da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Distinção entre ação e acontecimento. • Distinção entre voluntário e involuntário. • Articulação entre deliberação e decisão racional.
1.2. Determinismo e liberdade na ação humana	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização do problema do livre-arbítrio. • Discussão das posições fundamentais de resposta ao problema do livre-arbítrio.

Identifico as questões a que devo ser capaz de dar resposta
1. O que são acontecimentos?
2. Que diferença existe entre algo que nos acontece e algo que fazemos?
3. O que distingue as realizações inconscientes das realizações conscientes?
4. Em que circunstâncias falamos de realizações involuntárias?
5. O que são ações?
6. Que relação existe entre ação, agente, motivos e intenções?
7. Como se relacionam deliberação e decisão racional?
8. O que se entende por fim ou finalidade da ação?
9. Em que consiste, resumidamente, o problema do livre-arbítrio?
10. O que defende um determinista radical?
11. Que objeções se levantam ao determinismo radical?
12. O que defendem os libertistas?
13. Que objeções podemos apontar ao libertismo?
14. Que teses sustenta um determinista moderado?
15. Existem objeções ao determinismo moderado?

1. O que são acontecimentos?

Todas as ocorrências do Universo são acontecimentos.

2. Que diferença existe entre algo que nos acontece e algo que fazemos?

Há coisas que nos acontecem e que não dependem de nós, embora influenciem a nossa existência (a rotação da Terra ou o envelhecimento das células, por exemplo). Limitamo-nos a ser os receptores desses eventos ou ocorrências. Há coisas que fazemos, isto é, que realizamos ou executamos, que partem de nós. São interferências nossas no Universo.

3. O que distingue as realizações inconscientes das realizações conscientes?

Por vezes, realizamos movimentos sem que nos apercebamos desse facto, por exemplo, quando ressonamos ou rebolamos na cama enquanto dormimos. Estes comportamentos são realizados inconscientemente. Outras vezes, realizamos movimentos conscientes, mas involuntários.

4. Em que circunstâncias falamos de realizações involuntárias?

Uma realização involuntária acontece independente do nosso querer, por exemplo, gaguejar. Realizar comportamentos involuntários é comum ao ser humano e aos restantes animais.

5. O que são ações?

Uma ação é um acontecimento intencional. É uma interferência consciente e voluntária de um ser humano (o agente) no normal decurso dos acontecimentos. Estes, sem a interferência do agente, seguiriam um caminho distinto. São exemplos de ações falar, escrever, atar os sapatos, escolher um presente para um amigo. Uma ação exige uma mente, consciência e intencionalidade. Uma ação pressupõe sempre uma vontade livre.

6. Que relação existe entre ação, agente, motivos e intenções?

Uma ação é uma realização consciente e voluntária. O agente é, simultaneamente, o ser humano autor e responsável pela ação. Responde à pergunta «quem faz?». Intenção (propósito ou projeto da ação) e motivo (razão para agir) são noções ligadas entre si e dizem respeito ao espaço mental do agente. Explicam a ação e incluem crenças e desejos. A intenção responde à pergunta «para que faço?»; o motivo diz respeito à questão «porque é que faço?».

7. Como se relacionam deliberação e decisão racional?

Podemos ter razões de tipos diferentes para agir desta ou daquela maneira. São essas razões que influenciam a escolha das ações. Mas nem sempre é fácil escolher a ação apropriada, isto é, nem sempre é fácil decidir. Entre as diversas possibilidades que nos são colocadas para a nossa ação, a opção por uma delas é primordial. Através da comparação dos prós e dos contras dessas possibilidades, optamos por uma, decidimo-nos por aquela que melhor parece responder ao nosso projeto. Ao pensamento que considera e avalia razões práticas e que antecede a decisão chamamos deliberação. Uma decisão é racional se resulta de um processo de deliberação cuidadoso. De modo algum isso quer dizer que estamos seguros de que é correta.

8. O que se entende por fim ou finalidade da ação?

As ações humanas têm um sentido, uma direção, uma finalidade, isto é, perseguem fins. Os fins são os objetivos últimos da ação e respondem à pergunta «para quê?».

9. Em que consiste, resumidamente, o problema do livre-arbítrio?

Em filosofia usamos o termo livre-arbítrio para nos referirmos à capacidade para decidir e escolher livremente (ou pelo menos de forma parcialmente livre) as nossas ações. O problema do livre-arbítrio é uma das questões filosóficas mais difíceis e debatidas. Será o ser humano efetivamente livre? Teremos de facto controlo sobre as nossas ações? Ou, pelo contrário, somos determinados por fatores que estão fora do nosso controlo? As respostas a estas questões nascem do aceso debate que opõe, desde a Antiguidade Grega, deterministas e defensores do livre-arbítrio. Para libertistas e deterministas moderados, o ser humano é livre e tem controlo sobre si mesmo. Para os defensores do determinismo radical, o livre-arbítrio é uma ilusão.

10. O que defende um determinista radical?

O determinismo radical é uma doutrina incompatibilista, pois os seus defensores consideram que o determinismo não é compatível com o livre-arbítrio. Os deterministas radicais rejeitam o livre-arbítrio e afirmam que tudo no Universo é constituído por partículas que obedecem a leis causais invariáveis. As leis naturais que regem o Universo não deixam espaço para a liberdade da vontade. Nesse sentido, segundo esta doutrina, todo o nosso comportamento é constringido e predizível.

11. Que objeções se levantam ao determinismo radical?

Apesar do que nos diz a ciência, existem objeções igualmente fortes ao determinismo radical. A verdade é que não conseguimos abandonar a crença de que somos seres conscientes e livres. A sensação interior de liberdade de escolha é de tal forma poderosa que somos incapazes de a abandonar. Acreditamos que temos controlo sobre alguns acontecimentos. Rejeitar esta ideia implica recusar a moralidade e a responsabilidade individuais e renunciar a sentimentos como o orgulho e a vergonha. Se os deterministas radicais tiverem razão, deixa de fazer sentido a diferença de estatuto moral entre nós e os outros animais, as plantas, as máquinas e todos os seres e objetos inanimados.

12. O que defendem os libertistas?

O libertismo é, à semelhança do determinismo radical, uma doutrina incompatibilista. Os libertistas rejeitam o determinismo e afirmam que o ser humano transcende as leis naturais. As pessoas são especiais e diferentes de todos os demais sistemas físicos. Apenas o domínio físico é estritamente determinista. A nossa razão escolhe livremente porque escapa à causalidade universal. O comportamento humano não é constringido nem previsível, mas isso não significa que seja aleatório.

13. Que objeções podemos apontar ao libertismo?

Imaginar que a nossa mente, ou parte dela, possa funcionar dentro de nós à margem de leis causais e do cérebro enquanto estrutura biológica, física e química não é plausível e contradiz o que conhecemos através da ciência. As causas imediatas dos nossos estados mentais e comportamentos são acontecimentos que ocorrem no cérebro. O dualismo mente-corpo não parece fazer cientificamente muito sentido.

14. Que teses sustenta um determinista moderado?

O determinismo moderado ou compatibilismo é a doutrina que oferece uma proposta de conciliação entre ciência e humanidade: é possível aceitar que o comportamento humano está causalmente determinado e, simultaneamente, pensar em nós próprios como agentes livres. Para o determinismo moderado, somos livres quando as nossas ações são determinadas (causadas), mas não constrangidas (forçadas). Somos livres quando as nossas ações se baseiam nos nossos próprios desejos sem que sejamos forçados, interna ou externamente, a realizá-las. O contrário de “livre” não é “causado” (determinado), como defendem os incompatibilistas, mas “coagido” (forçado).

15. Existem objeções ao determinismo moderado?

De facto, existem. Ao admitirem que o determinismo é verdadeiro, os compatibilistas aceitam a tese segundo a qual todas as nossas ações são consequências das leis da natureza e de acontecimentos precedentes remotos que não controlamos. Tudo o que acontece é, efetivamente, determinado por certos tipos de causas psicológicas internas. Este facto é suficiente para criar algum desconforto e pôr em dúvida a liberdade da vontade. O compatibilismo não responde de forma consistente à questão: “poderíamos nós ter agido de outro modo, permanecendo idênticas todas as condições?”.

2. Os valores – análise e compreensão da experiência valorativa

2.1. Valores e valoração – a questão dos critérios valorativos

PLANO DE ESTUDOS

Programa de Filosofia	Conteúdos avaliáveis externamente (Exame Nacional)
2.1. Valores e valoração – a questão dos critérios valorativos	<ul style="list-style-type: none"> • Distinção entre juízos de facto e juízos de valor. • Discussão das perspetivas seguintes: a subjetividade, a relatividade e a objetividade dos juízos de valor.

Identifico as questões a que devo ser capaz de dar resposta
16. Que diferenças separam os juízos de facto dos juízos de valor?
17. Que teses opõem subjetivistas a objetivistas?
18. Que argumento sustenta a doutrina relativista?
19. Como seria se considerássemos verdadeiras as teses do relativismo?
20. O relativismo promove a tolerância?
21. Será possível estabelecer um padrão culturalmente neutro/objetivo de certo e de errado?

16. Que diferenças separam os juízos de facto dos juízos de valor?

Um juízo é uma proposição, ou seja, é aquilo que é expresso por uma frase declarativa com sentido. Em geral, distinguimos dois tipos de juízos: juízos de facto e juízos de valor.

Um juízo de facto é uma descrição objetiva da realidade, uma afirmação passível de ser verificada. Formulamos um juízo de facto quando proferimos afirmações como “A Terra é o único planeta onde é possível encontrar vida”. Esta afirmação informa-nos como as coisas são ou como acreditamos que são. Dado que é uma declaração puramente descritiva, o seu valor de verdade é independente das crenças ou gostos de quem a profere.

Um juízo de valor é a expressão ou manifestação de uma preferência ou de uma escolha. Formulamos um juízo de valor quando proferimos afirmações como “A Terra é um planeta insuperavelmente belo quando visto do espaço”. Ao contrário dos juízos de facto, os juízos de valor avaliam a realidade e não se limitam a descrevê-la. Quanto a saber se estes juízos possuem ou não valor de verdade é uma questão filosófica em aberto.

17. Que teses opõem subjetivistas a objetivistas?

Para os defensores do subjetivismo dos valores, a verdade dos juízos de valor depende exclusivamente da perspetiva do sujeito que avalia (é relativa). Assim, quando afirmamos que “O cavalo é um belo animal” estamos apenas a formular uma opinião subjetiva apoiada em sentimentos e crenças particulares.

No polo oposto a esta corrente de pensamento está o objetivismo dos valores. Os pensadores objetivistas afirmam que a verdade dos juízos de valor é independente dos estados mentais ou dos sentimentos dos indivíduos que avaliam (é absoluta). Para um objetivista, a afirmação “O cavalo é um belo animal” é semelhante a qualquer juízo de facto difícil de verificar com os dados que possuímos hoje.

18. Que argumento sustenta a doutrina relativista?

Os relativistas culturais são subjetivistas. O argumento das diferenças culturais é o ponto de partida do relativismo moral. Os relativistas acreditam que, dado que culturas diferentes têm códigos morais diferentes, então não há uma verdade objetiva na moralidade. Certo e errado são sempre determinados pela tradição de uma cultura específica e todas as culturas são intrinsecamente iguais em valor. O nosso próprio código moral é equivalente aos demais.

19. Como seria se considerássemos verdadeiras as teses do relativismo?

O argumento mais forte contra o subjetivismo e o relativismo tem que ver com as consequências morais de o adotarmos. Para ser coerente, o relativista não pode criticar práticas intoleráveis da sua ou de outras culturas, nem acreditar no progresso moral das civilizações. Qualquer uma destas três conclusões implica a existência de critérios objetivos. Para um grande número de costumes, o relativismo parece ser um bom princípio a respeitar. Acontece que o relativismo não nos diz que devemos respeitar algumas práticas, mas sim que nos devemos abster de comentar todas elas, sejam elas quais forem. O relativismo cultural força-nos ao conformismo. Quando se consideram exemplos como a mutilação genital feminina, os crimes de honra, os casamentos precoces e/ou forçados, a mobilização de crianças para a guerra, a escravidão ou o genocídio de minorias étnicas, esta posição é perturbadora.

20. O relativismo promove a tolerância?

Não, a tolerância levada ao limite acaba por derrotar-se a si mesma. Tolerar práticas que são um obstáculo ao bem-estar das pessoas por elas afetadas e que promovem o sofrimento dos outros, como a mutilação genital feminina e a lapidação, não é tolerância, mas indiferença. A tolerância universal proposta pelos relativistas é contraditória, inviável do ponto de vista prático e humanamente inaceitável.

21. Será possível estabelecer um padrão culturalmente neutro de bem e de mal?

Para o relativismo não, mas o filósofo James Rachels acredita que sim e propõe um critério que pode ser aplicado em todas as culturas, incluindo a nossa. Respeitar uma cultura não implica aceitar acriticamente tudo o que nela existe, antes pelo contrário. O critério proposto por Rachels passa por questionar *se a prática promove ou é um obstáculo ao bem-estar das pessoas cujas vidas são por ela afetadas*. Práticas como a mutilação genital feminina ou a lapidação são más, não para nós, mas para as pessoas por elas visadas. São, por conseguinte, práticas deficientes que devem ser abandonadas em nome do bem-estar dos membros da cultura que as promove.

3. Dimensões da ação humana e dos valores

3.1. A dimensão ético-política – análise e compreensão da experiência convivencial

3.1.3. A necessidade de fundamentação da moral – análise comparativa de duas perspetivas filosóficas

PLANO DE ESTUDOS

Programa de Filosofia	Conteúdos avaliáveis externamente (Exame Nacional)
3.1.3. A necessidade de fundamentação da moral – análise comparativa de duas perspetivas filosóficas	<ul style="list-style-type: none"> Análise comparativa da ética utilitarista de J. Stuart Mill e da ética deontológica de Immanuel Kant.

Identifico as questões a que devo ser capaz de dar resposta
22. Que diferenças separam as éticas deontológicas das éticas consequencialistas?
23. O que é uma ação moral, segundo Kant?
24. Que distinção estabelece Kant entre moralidade e legalidade?
25. O que são imperativos? Qual a natureza dos imperativos?
26. Como se enuncia a lei suprema da moralidade, para Kant?
27. Qual a principal característica da lei moral, segundo Kant?
28. Como distingue Kant a autonomia da heteronomia?
29. Para Kant, o que é a boa vontade (ou vontade boa)?
30. Que objeções/críticas podemos apontar à moral kantiana?
31. O que é uma ação moral, segundo Mill?
32. Para Mill, como se enuncia a lei suprema da moralidade?
33. Como se hierarquizam os prazeres, na perspetiva de Mill?
34. Que objeções/críticas podemos apontar ao utilitarismo de Mill?
35. O que distingue a natureza dos deveres morais nas perspetivas de Kant e Mill?

22. Que diferenças separam as éticas deontológicas das éticas consequencialistas?

As éticas deontológicas (éticas do dever) têm por base o caráter objetivo e absoluto das obrigações morais. Para um defensor da deontologia, romper uma promessa ou mentir é um ato moralmente incorreto, independentemente dos resultados. As éticas deontológicas valorizam as intenções do agente e desprezam os resultados das ações. A ética kantiana é um exemplo de ética deontológica.

As éticas consequencialistas avaliam as ações em função dos seus resultados. Romper uma promessa ou mentir pode não ser moralmente incorreto, dependendo dos resultados. As éticas consequencialistas valorizam aos resultados das ações e desprezam as intenções do agente. A ética utilitarista de Stuart Mill é o exemplo mais conhecido de ética consequencialista.

23. O que é uma ação moral, segundo Kant?

Nem todas as ações corretas são, para Kant, ações morais ou com valor moral. Uma ação será moral se e somente se for de tipo tal que queiramos que todas as pessoas a sigam em todas as circunstâncias. A ação moral é a ação por dever. Não persegue nenhum interesse particular, nem é o resultado de inclinações ou desejos. É única e exclusivamente motivada pelo puro respeito à lei, ao princípio, independentemente das consequências ou dos resultados da ação, mesmo com prejuízo de todas as inclinações ou desejos do agente. A única motivação realmente boa, no sentido moral, para Kant, é o cumprimento do dever.

24. Que distinção estabelece Kant entre moralidade e legalidade?

Kant distingue moralidade (a ação motivada única e exclusivamente pelo dever, pelo puro respeito à lei) de legalidade (a ação motivada por interesses particulares, desejos, inclinações ou consequências previsíveis). Alguém que não copie em testes de avaliação cumpre a lei e faz o que é correto, não há dúvida. Contudo, se a sua ação de não copiar for motivada, por exemplo, pelo medo de ser descoberto, a ação não possui qualquer valor moral. É uma ação legal (conforme ao dever), mas não uma ação moral (ação por dever).

Outro exemplo: um merceiro que escolhe a honestidade para não perder os seus clientes faz o que é correto, cumpre o dever, mas a sua ação não possui, diz Kant, qualquer valor moral. O seu interesse assim o exigia. A sua intenção foi, portanto, egoísta. Dizemos, por isso, que o merceiro age conforme o dever (legalmente e não moralmente). A ação cumpre o dever, respeita a lei, mas a sua realização acontece porque daí resulta um benefício ou a satisfação de um interesse.

25. O que são imperativos? Qual a natureza dos imperativos?

Os imperativos são fórmulas ou leis (máximas) que expressam a noção de dever ser. Kant distingue dois tipos de imperativos: os imperativos hipotéticos e os imperativos categóricos.

Os imperativos hipotéticos têm, geralmente, a forma: «Se queres X, então terás de fazer Y». São condicionais e particulares. A obediência a estes princípios impõe-se a partir do exterior (heteronomia). Governam as ações conforme o dever (legais).

Os imperativos categóricos têm, geralmente, a forma: «Deves fazer X, *sem mais*» ou «Não deves fazer X, *sem mais*». São incondicionais e universais. Só estes princípios são, para Kant, efetivamente leis da moralidade, dado o seu caráter exclusivamente formal. A obediência a estes princípios impõe-se por si mesma a partir da razão (autonomia). Governam as ações por dever (morais).

26. Como se enuncia a lei suprema da moralidade, para Kant?

Para Kant, devemos agir de modo a que possamos desejar que a nossa máxima (regra) se torne numa lei universal. Assim, a lei suprema da moralidade é o imperativo categórico e pode formular-se do seguinte modo: age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal. Só esta lei é o critério válido para determinar se uma ação é ou não é moral.

27. Qual a principal característica da lei moral, segundo Kant?

Para Kant, a lei moral tem de ser universalizável.

A ética kantiana é uma ética que ordena que respeitemos o valor absoluto de cada ser humano (de todos os seres humanos, sem exceção), nunca o reduzindo à condição de meio ou de instrumento. Os outros são fins em si mesmos, cujo valor está acima de tudo. Por essa razão, a ação moral tem de ser universalizável. «- Não posso eu, quando me encontro em apuros, fazer uma promessa com a intenção de a não cumprir?» O que aconteceria se, neste caso, a minha máxima fosse transformada em lei

universal? Uma máxima como esta, logo que transformada em lei universal, tornaria impossível qualquer promessa. Ninguém acreditaria nas promessas de ninguém. A minha máxima, logo que fosse transformada em lei universal, derrotar-se-ia a si mesma. Devo, por isso, recusá-la. Agir moralmente implica adotar uma perspectiva universal, colocar de parte os sentimentos e os interesses particulares, escolher imparcialmente e poder responder racional, afirmativamente e sem reservas à seguinte questão «- Podes tu querer também que a tua máxima se converta em lei universal?» Se não pudermos, então devemos rejeitá-la.

28. Como distingue Kant a autonomia da heteronomia?

Falamos de heteronomia quando nos limitamos a seguir princípios impostos a partir do exterior, ou seja, quando agimos conforme o dever, segundo imperativos hipotéticos. Falamos, pelo contrário, de autonomia, quando a nossa ação é realizada por dever, segundo um imperativo categórico.

29. Para Kant, o que é a boa vontade (ou vontade boa)?

Para Kant, a boa vontade é a vontade que age moralmente, isto é, que age por dever.

Para Kant, a boa vontade (ou vontade boa) é o mais elevado bem e é condição necessária de todos os outros bens, pois só a boa vontade é boa em si mesma, isto é, absolutamente boa, sem reservas. Segundo Kant, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação, a não ser uma só coisa: uma boa vontade. Talentos do espírito, como o discernimento e a capacidade de julgar, qualidades do temperamento, como a coragem e a constância, ou dons da fortuna, como o poder ou a riqueza, são características boas e desejáveis, é certo, mas podem também ser más e indesejáveis, dependendo do uso que a vontade delas fizer. Nenhuma destas qualidades será boa se a vontade não o for.

30. Que objeções/críticas podemos apontar à ética kantiana?

Uma das objeções que pode ser apontada à ética kantiana diz respeito ao conflito de deveres. Em algumas circunstâncias cumprir uma obrigação moral pode implicar deixar de cumprir outra.

Outra objeção importante passa pelo facto de a ética kantiana ignorar as consequências: o cumprimento cego das obrigações morais poder conduzir a consequências desastrosas.

Podemos, ainda, criticar a Kant o facto de a sua teoria considerar moralmente irrelevantes os aspetos emocionais das nossas ações, como a generosidade ou a solidariedade.

31. O que é uma ação moral, segundo Mill?

Ao contrário de Kant, Mill considera que não existem regras morais absolutas. Uma ação será moral se e somente se previsivelmente maximizar imparcialmente a felicidade ou o bem-estar do conjunto dos afetados. Uma ação será correta se previsivelmente promover imparcialmente a felicidade (o prazer) e será incorreta se previsivelmente gerar o contrário da felicidade (a dor ou o sofrimento). A ética de Mill é, pois, uma ética consequencialista: valoriza os resultados, as consequências, e ignora as intenções.

32. Para Mill, como se enuncia a lei suprema da moralidade?

A felicidade é o único bem com valor intrínseco e consiste no prazer e na ausência de dor.

A lei suprema da moralidade é o princípio da utilidade ou da maior felicidade e pode formular-se do seguinte modo: devemos fazer aquilo que, previsivelmente, produza os maiores benefícios possíveis para todos os que serão afetados pela nossa ação. Esta lei é o único critério válido para determinar se uma ação é ou não é moral. A felicidade que forma o padrão utilitarista sobre o que está certo na conduta não é a felicidade do próprio agente, mas a de todos os envolvidos. Quanto à escolha entre a

sua própria felicidade e a felicidade de outros, o utilitarismo exige que o agente seja tão estritamente imparcial como um espectador benevolente e desinteressado.

33. Como se hierarquizam os prazeres, na perspectiva de Mill?

Mill introduz critérios, sobretudo qualitativos, para hierarquizar os prazeres: durante a avaliação de uma ação, além da intensidade e duração dos prazeres, devemos levar em conta a qualidade dos prazeres gerados por ela, pois há prazeres superiores (intelectuais e morais) e inferiores (prazeres físicos). Os prazeres intelectuais e morais, como o amor, a liberdade e o conhecimento, apenas acessíveis aos seres humanos, são em si mesmos melhores que outros, independentemente da sua quantidade.

34. Que objeções/críticas podemos apontar ao utilitarismo de Mill?

Os oponentes sublinham com frequência as dificuldades em quantificar a felicidade e a impossibilidade de prever todas as consequências possíveis da ação. Mas o principal motivo de condenação do utilitarismo é o facto de o sistema utilitarista desprezar as intenções: o utilitarismo ignora que algumas ações são moralmente erradas, independentemente das suas consequências.

35. O que distingue a natureza dos deveres morais nas perspectivas de Kant e Mill?

Os deveres, para Kant, são absolutos, impõem-se sempre, independentemente das circunstâncias e das consequências. Os deveres, para Mill, são relativos, podem impor-se ou não, dependendo das circunstâncias e das consequências.

3. Dimensões da ação humana e dos valores

3.1. A dimensão ético-política – análise e compreensão da experiência convencial

3.1.4. Ética, direito e política – liberdade e justiça social; igualdade e diferenças; justiça e equidade

PLANO DE ESTUDOS

Programa de Filosofia	Conteúdos avaliáveis externamente (Exame Nacional)
3.1.4. Ética, direito e política – liberdade e justiça social; igualdade e diferenças; justiça e equidade	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação entre ética e direito. • Análise do problema da relação entre liberdade política e justiça social, tomando como referência a teoria da justiça de John Rawls e as críticas a que está sujeita.

Identifico as questões a que devo ser capaz de dar resposta
36. Que relação existe entre ética e direito?
37. A que problema procura responder a teoria de J. Rawls?
38. Qual é o ponto de partida da teoria de J. Rawls?
39. Em que circunstâncias são definidos os princípios de justiça?
40. Que papel desempenha o véu de ignorância?
41. Em que consiste a estratégia maximin?
42. Que princípios de justiça são definidos a partir da posição original?
43. Em caso de conflito, os princípios têm o mesmo estatuto?
44. Para Rawls existem desigualdades boas?
45. Que objeções têm sido apontadas à teoria de J. Rawls?

36. Que relação existe entre ética e direito?

Tanto a ética como o direito dizem respeito à nossa vida em sociedade. No entanto, enquanto a ética (ou moral) é uma reflexão filosófica, o direito é o conjunto de leis. Nas sociedades democráticas as leis do direito são elaboradas com base em princípios éticos.

37. A que problema procura responder a teoria de Rawls?

Rawls desenvolve uma teoria sistemática e global da justiça, em clara oposição às concepções utilitaristas. Como deve uma sociedade distribuir os seus benefícios? Como é possível uma sociedade justa? Estes são problemas a que a teoria de Rawls procura dar resposta.

A ideia central de Rawls é a de que a justiça consiste na igualdade ou equidade: os seres humanos devem ter os mesmos direitos e liberdades.

38. Qual é o ponto de partida da teoria de Rawls?

Na base da concepção de justiça de Rawls encontra-se o contratualismo e uma nova forma de contrato social imaginada para que os princípios eleitos sejam equitativos. Os princípios de justiça formam assim a base do acordo e resultam da eleição racional e voluntária dos participantes, a pluralidade e a totalidade dos atores sociais.

39. Em que circunstâncias são definidos os princípios de justiça?

A **posição original** é a situação imaginária a partir da qual se estabelece o acordo hipotético e definem os princípios de justiça. A imparcialidade é uma característica fundamental da posição original e é alcançada com o recurso a um véu de ignorância.

40. Que papel desempenha o véu de ignorância?

A vantagem do véu de ignorância – uma barreira contra interesses individuais – é obrigar os indivíduos à imparcialidade e à cooperação. Sob o véu de ignorância, os indivíduos, colocados em situação de igualdade, agem apenas em função do que é racional escolher. Desconhecem todas as características naturais e condições sociais e económicas em que se encontram ou virão a encontrar-se e vão, por isso, procurar proteger os seus próprios interesses que são, afinal, nestas circunstâncias, os de todos e os de cada um. O véu de ignorância garante assim equidade e universalidade.

41. Em que consiste a estratégia maximin?

A estratégia maximin é o princípio da maximização do mínimo. Rawls defende que devemos escolher, sob o véu de ignorância, de entre todas as situações possíveis aquela em que a pessoa menos favorecida fica melhor em termos de distribuição de bens primários. Uma sociedade onde todos têm o mínimo é uma sociedade mais justa do que uma sociedade onde alguns têm muito e outros não têm nada.

42. Que princípios de justiça são definidos a partir da posição original?

São dois os princípios definidos racionalmente a partir da posição original. O primeiro é o princípio da liberdade. Este princípio exige que o direito às liberdades básicas seja igual para todos e que todos tenham o mesmo direito às liberdades essenciais. O segundo é o princípio da igualdade social e económica e consagra os limites da desigualdade justa. Tratar as pessoas como iguais não implica eliminar todas as desigualdades. As desigualdades são justas se, e apenas se, contribuírem para a melhoria das condições dos menos favorecidos da sociedade. O princípio da igualdade social subdivide-se no princípio da diferença e no princípio da oportunidade justa. O primeiro consagra que quaisquer desigualdades económicas e sociais devem apenas ser toleradas na condição de trazerem maiores benefícios para os menos favorecidos. O segundo defende que quaisquer desigualdades sociais e económicas associadas a cargos ou trabalhos podem apenas existir se esses cargos ou trabalhos estiverem abertos a todos em igualdade de oportunidades.

43. Em caso de conflito, os princípios têm o mesmo estatuto?

Não. Os princípios da justiça são hierárquicos. Em caso de conflito, as liberdades básicas consagradas no primeiro princípio devem ter absoluta prevalência sobre os dois princípios seguintes. Também o princípio da oportunidade justa é prioritário em relação ao princípio da diferença.

44. Para Rawls existem desigualdades boas?

Sim. Tratar as pessoas como iguais não implica remover todas as desigualdades, mas apenas aquelas que trazem desvantagens para alguém. Assim, em nome de maior justiça social, o sistema de Rawls admite a existência de desigualdades, desde que estas tragam maiores benefícios para os menos favorecidos. Por exemplo, se pagar mais a médicos e professores assegura que estes profissionais aceitem trabalhar em aldeias recônditas, servindo populações que, caso contrário, não teriam acesso à saúde e à educação, então a desigualdade salarial é permitida.

45. Que objeções têm sido apontadas à teoria de Rawls?

As duas principais objeções à teoria de Rawls prendem-se com os incentivos (terão as pessoas mais talentosas incentivos para trabalharem mais ou de forma mais exigente?) e com o esforço (não merecerão as pessoas que se esforçam mais verem os resultados do seu esforço recompensados?). Frequentemente é apresentada uma terceira objeção: como garantir que as pessoas colocadas na posição original optam pelo seguro? Porque não imaginar que algumas estão dispostas a jogar e a correr riscos?

3. Dimensões da ação humana e dos valores

3.3.1. A religião e o sentido da existência — a experiência da finitude e a abertura à transcendência

3.3.3. Religião, razão e fé — tarefas e desafios da tolerância

PLANO DE ESTUDOS

Programa de Filosofia	Conteúdos avaliáveis externamente (Exame Nacional)
3.3.1. A religião e o sentido da existência – a experiência da finitude e a abertura à transcendência	<ul style="list-style-type: none"> • Elucidação da resposta religiosa à questão do sentido da existência. • Análise de perspetivas não religiosas sobre o sentido da existência.
3.3.3. Religião, razão e fé – tarefas e desafios da tolerância	<ul style="list-style-type: none"> • Explicação de uma das provas da existência de Deus. • Apresentação de uma das críticas à perspetiva religiosa.

Identifico as questões a que devo ser capaz de dar resposta
46. Qual a resposta religiosa para a questão do sentido da existência?
47. Existem respostas não religiosas para o sentido da existência?
48. Em que consiste o argumento do desígnio?
49. Que críticas podemos dirigir ao argumento do desígnio?
50. Que críticas podemos dirigir à perspetiva religiosa em geral?

46. Qual a resposta religiosa para a questão do sentido da existência?

Onde quer que existam ou tenham existido sociedades encontramos religiões. A religião corresponde à necessidade de dar resposta ao problema do sentido da existência e apresenta o Universo como criação de um Deus ou deuses e a morte como transição para um plano transcendente ou metafísico. De acordo com a maioria das religiões, a nossa existência tem sentido na medida em que cumpre o plano de uma inteligência superior que concebeu o Universo com um propósito. Somos parte desse desígnio e seremos recompensados no Além se o soubermos realizar.

47. Existem respostas não religiosas para o sentido da existência?

Alguns filósofos ateus defenderam que, na ausência de um deus, o sentido desaparece do Universo e, portanto, da existência. Tal é caso do filósofo Albert Camus. Num ensaio publicado em 1942 – *O Mito de Sísifo. Um ensaio sobre o absurdo* –, Camus recorre à mitologia clássica para defender que todo o esforço humano é inútil, chamando a atenção para a eventual insuficiência dos processos da razão para a compreensão do problema do sentido da existência. Através de Sísifo, Camus mostra um mundo feito de despropósitos, onde nada aparentemente tem valor ou finalidade e onde, portanto, a existência humana que aí se observa tem, ela própria, uma natureza absurda.

Ao procurar resposta para a questão do sentido, outro filósofo ateu, Peter Singer, defende que o sentido da existência passa por um ponto de vista ético e por escolher alternativas à demanda convencional do interesse próprio, uma vez que esta se tem revelado, individual e coletivamente, desastrosa. A opção mais razoável, diz Singer, passa por escolher viver uma vida ética e por nos associarmos a essa vasta tradição de pessoas que procuraram fazer do mundo um lugar melhor para viver. Ao fazê-lo, descobriremos que esta escolha, ao contrário de constituir um sacrifício pessoal, permitir-nos-á escapar à frequente ausência de sentido de realização nas nossas vidas.

48. Em que consiste o argumento do desígnio?

O argumento do desígnio é um argumento por analogia que procura dar-nos boas razões a favor da existência de Deus. Foi proposto por Platão e por São Tomás de Aquino e baseia-se na comparação entre o Universo, em particular os seres vivos, e uma máquina: as máquinas são criadas por seres inteligentes; o Universo e os organismos vivos são como máquinas, por exemplo na harmonia e organização das suas partes; logo, também o Universo e os organismos vivos foram criados por um ser inteligente – Deus.

Na sua *Teologia Natural*, de 1802, o teólogo William Paley apresentou uma das mais célebres exposições do argumento do desígnio. Se por acaso encontrarmos um relógio num campo, inferiremos inevitavelmente, a partir da complexidade e da precisão com que foi construído, que ele terá sido obra de um relojoeiro; da mesma maneira, quando observamos o espantoso engenho presente na natureza, somos forçados a concluir que também ele deverá ter um criador – Deus.

49. Que críticas podemos dirigir ao argumento do desígnio?

A analogia entre o universo e os artefactos humanos parece fraca. As semelhanças relevantes entre o Universo e uma máquina não são tantas que nos permitam estabelecer uma conclusão a partir da comparação. Por outro lado, mesmo que o Universo, tal como as máquinas, tivesse um criador, o argumento não prova que esse criador tenha de ser, necessariamente, Deus.

50. Que críticas podemos dirigir à perspetiva religiosa em geral?

O problema do mal é uma das críticas mais frequentemente dirigida às perspetivas religiosas. O mal (natural e moral) existe e a sua existência parece ser inconciliável com a existência de um Deus onnipotente, onnisciente e sumamente bom.

Se Deus é onnisciente, não pode desconhecer a existência do mal; se Deus é absolutamente bom, deve desejar impedir a existência do mal; se Deus é onnipotente, deve ser capaz de pôr fim ao mal; enfim, se Deus de facto existisse, então não haveria mal; acontece que o mal existe; logo, Deus não existe.

As perspetivas religiosas defendem-se desta crítica recorrendo à ideia de livre-arbítrio e de necessidade de aperfeiçoamento moral e espiritual.